

# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **CONSULTA PRÉVIA**

### **“AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS”**

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1109

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato.....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Vigência do Contrato.....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I - Obrigações do Prestador de serviços.....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo da prestação dos serviços.....	5
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo .....	5
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço base.....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Adiantamentos .....	7
<b>CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Força maior .....	7
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines .....	8
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Caução .....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Foro competente .....	9
<b>CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações.....	9
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	10
<b>PARTE II.....</b>	<b>10</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas.....	10
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Atributos da Proposta .....	10
Cláusula 23. <sup>a</sup> – Transição da prestação objeto do presente contrato .....	11

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal aquisição de comunicações fixas e móveis, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação -

Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de dois anos, a partir da data da sua assinatura, ou até que seja atingido o valor da faturação igual ao valor do contrato, se tal acontecer antes do termo deste, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de serviços**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos durante o período de dois anos, a partir da data da assinatura do contrato, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 8.ª - Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

### **Cláusula 9.ª - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 54.000,00 (cinquenta e quatro mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

### **Cláusula 10.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 11.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 12.ª – Adiantamentos**

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 14.<sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.



2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

## **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 15.ª – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

### **Cláusula 16.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

### **Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 20.ª – Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

## **PARTE II**

### **Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas**

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de comunicações fixas e móveis, conforme Especificações Técnicas descritas no Anexo I ao presente caderno de encargo e que deste é considerado como parte integrante.

### **Cláusula 22ª - Atributos da Proposta**

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo

em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

**Cláusula 23.ª – Transição da prestação objeto do presente contrato**

Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição da prestação de serviços objeto do contrato para um terceiro a designar pela Câmara Municipal de Sines, de modo a garantir a continuidade do serviço, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

## CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS”

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1109

### Especificações Técnicas

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS – FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS

##### Cláusula 1.ª - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

- a) **Cartão SIM** (Subscriber Identification Module) – Cartão Identificador do Subscritor do Serviço;
- b) **CAT** – Centro de Apoio Técnico da entidade prestadora do serviço;
- c) **Disponibilidade da rede** – Tempo durante o qual é possível efetuar e receber chamadas e/ou enviar dados entre dois equipamentos terminais, calculada nos termos de percentagem sobre o tempo total considerado;
- d) **Equipamento terminal** – Dispositivo eletrónico para acesso à infraestrutura de rede da entidade prestadora do serviço;
- e) **Intraconta** – Comunicações de voz e SMS's realizadas entre equipamentos terminais com cartão SIM contratados pela entidade adjudicante à entidade prestadora do serviço (origem na rede Móvel e destino na rede móvel e origem na rede móvel e destino nos acessos primários da rede fixa) ou comunicações de voz com origem na rede fixa a partir dos acessos primários contratados com destino para os equipamentos terminais com cartão SIM contratados pela entidade adjudicante à entidade prestadora do serviço;

- f) **Nível de Serviço** – Utilizado para designar Service Level Agreement (SLA): contrato que especifica os níveis de serviços ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adjudicante, nomeadamente a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc.;
- g) **Portabilidade** – Serviço de rede que permite que um número originalmente atribuído pelo ICP – ANACOM a um dado prestador do serviço seja transportado para outro prestador do serviço;
- h) **Privação de serviço** – Indisponibilidade de rede que prive utilizar serviços que estão no âmbito do objeto do contrato;
- i) **Serviço de dados** – serviço de transporte de dados, permitindo a qualquer utilizador, através de equipamento apropriado, enviar e receber dados para outro ponto terminal;

## **Secção I. Requisitos e Especificações da Prestação de Serviços**

### **Cláusula 2.ª - Requisitos Gerais**

O prestador de serviços deverá cumprir os requisitos funcionais e técnicos mínimos definidos na Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro) e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 3.ª - Especificações da Prestação de Serviços**

#### **1. Comunicações móveis de voz:**

- a. O prestador de serviços não pode, em caso algum, estabelecer o pagamento de componentes fixas, designadamente a título de assinaturas, para qualquer dos serviços móvel de voz ou SMS a prestar.**

- b. A tarifação no tráfego de voz “intraconta” (Origem Rede Móvel – Destino Rede Móvel) e no tráfego SMS “intraconta” (Origem Rede Móvel – Destino Rede Móvel) é de 0,00€.
2. Comunicações móveis de dados:
- a. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:
    - i. Unidade de faturação: 10 KB;
    - ii. A solução deve permitir a inibição do serviço de voz;
    - iii. O serviço de comunicações móveis de dados poderá ser utilizado nos seguintes casos:
      - 1. No mesmo equipamento terminal utilizado para as comunicações de voz, com um único cartão SIM;
      - 2. Num equipamento móvel do tipo tablet a fornecer pelo prestador de serviços, com um cartão SIM específico para o efeito;
      - 3. Num modem específico para comunicações móveis de dados com interface USB e em formato PEN ou router WI-FI;
3. O prestador de serviços obriga-se ainda cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos para Comunicações móveis de voz e dados:
- a. Discriminar os planos de preços as chamadas de voz efetuadas e recebidas, mensagens enviadas e recebidas e transmissão de dados por zonas geográficas;
  - b. Garantir a portabilidade de numeração para todos os serviços existentes no universo da entidade adjudicante sem qualquer custo;
  - c. Garantir o acesso aos serviços discriminados no presente Caderno de Encargos;
  - d. Faturação ao segundo a partir do 30º segundo;
  - e. Unidade de faturação de dados: 10 KB;
  - f. Garantir a possibilidade de barramento de chamadas;

- g. Garantir a possibilidade de, por opção da entidade adjudicante estabelecer um valor máximo (plafond) de comunicações, em múltiplos de 5€, a atribuir a cada utilizador e sem consumos mínimos obrigatórios (fixo e móvel para voz e dados);
- h. Garantir a possibilidade de, por opção da entidade adjudicante, após se ter atingido o valor máximo a que se refere a alínea anterior, os custos subsequentes serem suportados pelo utilizador, originando o envio de uma mensagem curta (SMS) ao utilizador para que este, caso queira, possa efetuar um carregamento através da rede de multibanco;
- i. Ultrapassado o valor máximo indicado na alínea g., o utilizador não poderá deixar de receber qualquer chamada, ou deixar de comunicar (voz e sms) para qualquer outro equipamento intraconta;
- j. As soluções devem disponibilizar funcionalidade de limitador ou avisador de que o valor máximo de comunicações estabelecido pela entidade adjudicante está a ser atingido;
- k. Garantir que a gestão de plafonds possa ser efetuada em qualquer momento;
- l. A solução deve permitir a inibição do serviço de roaming;
- m. Na utilização em roaming os tarifários deverão discriminar o consumo por zonas geográficas;
- n. Disponibilizar à entidade adjudicante, via plataforma web, acesso a área reservada, para análise detalhada da faturação, com possibilidade de emissão de relatórios;
- o. O número de cartões SIM poderá ser ampliado ou diminuído de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem alteração contratual (condições gerais e vinculação);
- p. Garantir, gratuitamente a substituição dos equipamentos em caso de avaria ou danificação.
- q. Os equipamentos e serviços necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados sem qualquer custo à entidade adjudicante, sendo para isso atribuído um valor para o efeito que não poderá ser inferior a 8.000,00€, sendo esse mesmo valor usado durante a vigência do contrato.

- r. Ter disponível para fornecer, terminais e acessórios (telemóveis, smartphones, tablets, pens, capas e acessórios de proteção dos equipamentos, etc.) com diversas opções em termos de marcas, modelos, sistemas operativos e tecnologicamente atualizados e conhecidos através dos meios de divulgação no mercado, **incluindo equipamentos Dual SIM;**
- s. Disponibilizar à entidade adjudicante, sempre que solicitado, novos catálogos/listas sobre os equipamentos e acessórios referidos na alínea anterior, com indicação do preço máximo para aquisição;

#### **Cláusula 4.ª - Níveis de serviço**

Sem prejuízo de outros níveis fixados no presente procedimento, o prestador de serviços deve cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:

- a) Nomeação de um gestor de conta afeto à gestão do contrato;
- b) Apresentação dos relatórios de faturação na periodicidade prevista no presente caderno de encargos;
- c) Presença em reuniões periódicas para análise dos relatórios com a entidade adjudicante sempre que por esta seja solicitado;
- d) Garantir um CAT com atendimento geral disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que garanta um tempo médio de atendimento inferior a 10 minutos;
- e) Disponibilização de equipamento equivalente, em caso de avaria, dos equipamentos terminais, sem encargos adicionais, até 24 horas (em dias úteis) após a comunicação da ocorrência ao CAT;
- f) Garantir uma taxa de avarias em terminais inferior a 10% por trimestre;
- g) Garantir que o tempo de reposição do serviço contratado, após participação de anomalia por parte da entidade adjudicante não exceda o máximo de 4 (quatro) horas seguidas.



### Cláusula 5.<sup>a</sup> - Preço Base

Na tabela seguinte são apresentados os artigos/serviços para os quais a proposta deve definir preços e que serão utilizados para efeitos de avaliação da proposta.

A tabela define para cada artigo o preço base em função das unidades em que são cobrados os respetivos serviços, sendo que o proponente não poderá, para cada artigo, apresentar um valor superior ao definido como preço base.

Tabela 1 – Preços Unitários dos serviços

Descrição	Valor de referência
<b>Comunicações Móveis de Voz e Dados</b>	
Comunicações Móveis Voz – Destino	Valor por minuto
rede MEO	0,015 €
rede Vodafone	0,015 €
Rede NOS	0,015 €
rede Fixa	0,015 €
Outros operadores de rede móvel	0,015 €
Comunicações Móveis SMS – Destino	Valor por SMS
rede MEO	0,015 €
rede Vodafone	0,015 €
Rede NOS	0,015 €
Outros operadores de rede móvel	0,015 €
<b>Comunicações Móveis de Dados</b>	
Telemóvel	Mensalidade
até 500 MB	0,50 €
Até 1 GB	1,00 €
Até 5 GB	5,00 €
Até 30 GB	24,50 €
Placas 3G/4G e Tablets (Banda Larga Móvel)	Mensalidade
Até 30 GB (tráfego incluído)	9,00 €
<b>Plafond para equipamentos móveis</b>	<b>8.000,00 €</b>

Adicionalmente, solicita-se que sejam indicados os valores de referência para comunicações internacionais, tendo como referência a tabela seguinte (podendo acrescentar outros que considerem relevantes).

Tabela 2 – Comunicações Internacionais

Comunicações Móveis de Voz e Dados
Comunicações móveis de voz
Internacionais – União Europeia
Internacionais – Resto do Mundo
Roaming Recebido – União Europeia
Roaming Recebido – Resto do Mundo
Roaming Realizado – União Europeia
Roaming Realizado – Resto do Mundo
Comunicações móveis de dados
Roaming Dados – União Europeia
Roaming Dados – Resto do Mundo
Comunicações Móveis SMS e MMS - Destino
SMS roaming recebido
SMS roaming realizado
MMS roaming recebido
MMS roaming realizado

#### Cláusula 6.ª - Quantidades

A título meramente indicativo e não vinculativo, a tabela seguinte identifica as quantidades aproximadas dos serviços a considerar no início do contrato. Durante o contrato a entidade adjudicante poderá adicionar ou cancelar serviços de acordo com as suas necessidades.

Tabela 3 – Mapa de quantidades de serviços e equipamentos móveis

Serviços/Equipamentos	Quantidade
Cartões GSM de voz/dados (3G/ 4G) para telemóveis/smartphones	152
Equipamentos terminais (telemóveis e/ou smartphones) com comunicações de voz e/ou dados	152
Cartões de dados para terminais de banda larga móvel (4G)	15
Equipamentos terminais de banda larga móvel (portáteis, tablets, PENS's e routers 4G)	15
Estimativa de serviços com comunicações de dados móveis até 500 MB	40
Estimativa de serviços com comunicações de dados móveis até 1 GB	4
Estimativa de serviços com comunicações de dados móveis até 5 GB	1
Estimativa de serviços com comunicações de dados móveis até 30 GB	1

#### Cláusula 7.<sup>a</sup> - Perfil de Tráfego

Na tabela seguinte é apresentado o perfil de tráfego valor médio mensal indicativo.

Tabela 4 – Perfil de tráfego – Comunicações Móveis de Voz e Dados

Tipologia	Média mensal / min. e SMS
VOZ – INTRACONTA	5000
VOZ – VODAFONE	2200
VOZ – MEO	9000
VOZ – NOS	2700
VOZ – OUTRAS REDES MÓVEIS	1100
VOZ – REDE FIXA	800
VOZ – INTERNACIONAL	40

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ROAMING VOZ EFETUADO	30
ROAMING VOZ RECEBIDO	120
ROAMING DADOS	2000
ROAMING SMS	60
SMS INTRAConta	1300
SMS/MMS	4300

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES GERAIS - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÕES FIXAS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

- j) **CAT** – Centro de Apoio Técnico da entidade prestadora do serviço;
- k) **Disponibilidade da rede** – Tempo durante o qual é possível efetuar e receber chamadas e/ou enviar dados entre dois equipamentos terminais, calculada nos termos de percentagem sobre o tempo total considerado;
- l) **Equipamento terminal** – Dispositivo eletrónico para acesso à infraestrutura de rede da entidade prestadora do serviço;
- m) **Nível de Serviço** – Utilizado para designar Service Level Agreement (SLA): contrato que especifica os níveis de serviços ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adjudicante, nomeadamente a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc.;
- n) **Portabilidade** – Serviço de rede que permite que um número originalmente atribuído pelo ICP – ANACOM a um dado prestador do serviço seja transportado para outro prestador do serviço;
- o) **Privação de serviço** – Indisponibilidade de rede que prive utilizar serviços que estão no âmbito do objeto do contrato;

## **Secção I. Requisitos e Especificações da Prestação de Serviços**

### **Cláusula 2.ª - Requisitos Gerais**

O prestador de serviços deverá cumprir os requisitos funcionais e técnicos mínimos definidos na Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro) e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 3.ª - Requisitos - comunicações fixas de voz**

1. Apresentar a faturação mensalmente, em formato detalhado, incluindo discriminação de mensalidades de custo fixo, bem como comunicações, num único documento.
2. Garantir a faturação ao segundo a partir do 30º segundo;
3. Disponibilizar a informação de faturação e consumo cumprindo, no mínimo, os níveis obrigatórios estabelecidos pelo ICP-ANACOM;
4. Garantir a possibilidade de barramento de chamadas de voz para os diversos tipos de acessos disponibilizados, incluindo a possibilidade de barramento apenas para destinos móveis e/ou chamadas de valor acrescentado;
5. Os equipamentos e serviços necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados sem qualquer custo à entidade adjudicante;
6. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:
  - a) Garantir a portabilidade de numeração existente no universo da entidade adjudicante sem qualquer custo;
  - b) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer número pertencente ao Plano Nacional de Numeração (PNN) em vigor;

- c) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer rede de telecomunicações internacional que utilize numeração válida e reconhecida internacionalmente pelas entidades competentes;
- d) Garantir a possibilidade de disponibilização de acessos analógicos, RDIS primários (PRI), RDIS básicos (BRI) e circuitos IP com largura de banda adequada, em função das necessidades de escoamento de tráfego de voz, assegurando a compatibilidade com a rede interna existente;
- e) Assegurar a disponibilidade anual do serviço de voz no mínimo de 99,90%, independentemente da opção tecnológica adotada devendo, se necessário, incluir mecanismos de securitização dos serviços;
- f) Garantir que o tempo médio anual de reposição do serviço de voz afetado após participação de anomalia por parte da entidade adjudicante não exceda o máximo de 4 (quatro) horas seguidas;
- g) Os serviços de comunicações fixas de voz poderão ser ampliados ou diminuídos de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem alteração contratual (condições gerais e vinculação).

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Requisitos - Comunicações Fixas de dados**

##### **1. Comunicações fixas de dados:**

- a. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:
  - i. Garantir o acesso aos serviços discriminados no presente Caderno de Encargos;
  - ii. Os equipamentos e serviços necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados sem qualquer custo à entidade adjudicante

- iii. Apresentar a faturação mensalmente, em formato detalhado, incluindo discriminação de mensalidades de custo fixo, bem como comunicações, num único documento.

2. O prestador de serviços obriga-se a cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:

- a) Garantir a portabilidade de numeração existente no universo da entidade adjudicante sem qualquer custo;
- b) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer número pertencente ao Plano Nacional de Numeração (PNN) em vigor;
- c) Assegurar a capacidade de efetuar e receber chamadas de voz de e para qualquer rede de telecomunicações internacional que utilize numeração válida e reconhecida internacionalmente pelas entidades competentes;
- d) Garantir a possibilidade de disponibilização de acessos analógicos, RDIS primários (PRI), RDIS básicos (BRI) e circuitos IP com largura de banda adequada, em função das necessidades de escoamento de tráfego de voz, assegurando a compatibilidade com a rede interna existente;
- e) Assegurar a disponibilidade anual do serviço de voz no mínimo de 99,90%, independentemente da opção tecnológica adotada devendo, se necessário, incluir mecanismos de securitização dos serviços;
- f) Garantir que o tempo médio anual de reposição do serviço de voz afetado após participação de anomalia por parte da entidade adjudicante não exceda o máximo de 4 (quatro) horas seguidas.
- g) Os serviços de comunicações fixas de dados poderão ser ampliados ou diminuídos de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, sem alteração contratual (condições gerais e vinculação)
- h) Os equipamentos e serviços necessários para utilização do serviço contratado deverão ser disponibilizados sem qualquer custo à entidade adjudicante.



### **Cláusula 6.ª - Níveis de serviço**

Sem prejuízo de outros níveis fixados no presente procedimento, o prestador de serviços deve cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:

- h) Nomeação de um gestor de conta afeto à gestão do contrato;
- i) Apresentação dos relatórios de faturação na periodicidade prevista no presente caderno de encargos;
- j) Presença em reuniões periódicas para análise dos relatórios com a entidade adjudicante sempre que por esta seja solicitado;
- k) Garantir um CAT com atendimento geral disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que garanta um tempo médio de atendimento inferior a 10 minutos;
- l) Disponibilização de equipamento equivalente, em caso de avaria, dos equipamentos terminais, sem encargos adicionais, até 24 horas (em dias úteis) após a comunicação da ocorrência ao CAT;
- m) Garantir uma taxa de avarias em terminais inferior a 10% por trimestre;
- n) Garantir que o tempo de reposição do serviço contratado, após participação de anomalia por parte da entidade adjudicante não exceda o máximo de 4 (quatro) horas seguidas.

### **Cláusula 7.ª - Preço Base**

Nas tabelas seguintes são apresentados os artigos/serviços para os quais a proposta deve definir preços e que serão utilizados para efeitos de avaliação da proposta.

A tabela define para cada artigo o preço base em função das unidades em que são cobrados os respetivos serviços, sendo que o proponente não poderá, para cada artigo, apresentar um valor superior ao definido como preço base.

Tabela 1 – Preços Unitários dos serviços

Descrição	Valor Referência
Comunicações fixas de voz - Destino	Valor por minuto
Rede Fixa Local	0,000 €
Rede Fixa - MEO	0,015 €
Rede Fixa - Vodafone	0,015 €
Rede Fixa - NOS	0,015 €
Outros operadores de rede móvel	0,015 €
Internacionais – União Europeia	0,070 €
Internacionais – Resto do Mundo	0,300 €
N.º único	0,100 €
Mensalidades Fixas	Mensalidade por acesso/serviço
Acesso Primário com 30 canais com 170 DDI's	30,00 €
Acessos Básico com 10 DDI's cada	20,00 €
Linha de rede analógica (incluindo todos os equipamentos)	9,00 €
Acesso à internet dedicado e simétrico, em fibra ótica, com o mínimo de 100Mbps/100Mbps (incluindo todos os equipamentos)	60,00 €

#### Cláusula 8.ª - Mapa de quantidades

A título meramente indicativo e não vinculativo, a tabela seguinte identifica as quantidades aproximadas dos serviços a considerar no início do contrato. Durante o contrato a entidade adjudicante poderá adicionar ou cancelar serviços de acordo com as suas necessidades.

Tabela 2 – Mapa de quantidades

Serviços/Equipamentos	Quantidade
<b>Comunicações Fixas de Voz</b>	
Acesso primário com 30 canais e 170 DDI's	1
Acesso básico RDIS com 10 DDI's	2
Linha de rede analógica (incluindo todos os equipamentos)	42
Acesso à internet dedicado e simétrico, em fibra ótica, com o mínimo de 100Mbps/100Mbps (incluindo todos os equipamentos)	1

Os acessos serão instalados conforme tabela abaixo, sendo esta uma informação de carácter informativo e não vinculativo.

Devem ser incluídos na proposta todos os equipamentos necessários para o funcionamento de todos os serviços.

Tabela 4 – Moradas de instalação

1	Acesso Primário	Câmara Municipal de Sines - Paços do Concelho - Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines
1	Acesso Básico com DDI's	Escola Básica nº 1 - Rua da Reforma Agrária, 7520-189 Sines
1	Acesso Básico	Proteção Civil - Bombeiros Voluntários de Sines, Avenida General Humberto Delgado, nº 1, 7520-106, Sines
42	2	Escola nº 3 - Rua Raúl Solnado nº1, 7520-313 Sines
	1	Pavilhão Multiusos - Estrada da Costa do Norte, 7520-137 Sines
	1	Escola Básica nº 1 - Rua da Reforma Agrária, CAMPUS-EB 2,3 Vasco da Gama, 7520-189 Sines
	1	Refeitório antiga Escola Básica nº 1 - Rua da Reforma Agrária, 7520-189 Sines
	1	Elevador Avenida Vasco da Gama, 7520 Sines
	4	Centro de Artes de Sines - Rua Cândido dos Reis, 7520-177 Sines

3	Castelo de Sines - Largo Poeta Bocage, 7520-152 Sines
2	Estação Elevatória - Estrada Municipal 554, 7520-437 Porto Côvo
1	Escola nº 2 - Quinta dos Passarinhos, 7520-164 Sines
1	Espaço Sénior - Av. General Humberto Delgado, Jardim das Descobertas, 7520-104 Sines
1	Elevador - Piscina Municipal Carlos Manafai - Monte Chãos, 7520 Sines
3	Mercado Municipal - Avenida General Humberto Delgado, 7520-133 Sines
2	Escola de Música - Avenida General Humberto Delgado, 7520-105 Sines
3	CPCJS - Largo 5 de Outubro, 7520-127 Sines
2	Escola Básica de Porto Côvo - Estrada Municipal 554, 7520-437 Porto Côvo
7	Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines
5	Zona Industrial Ligeira 2, Lote 247, 7520-309 Sines
1	Capela da Misericórdia
1	Pavilhão dos Desportos

### Cláusula 9.ª - Perfil de Tráfego

Na tabela seguinte é apresentado o perfil de tráfego indicativo.

Tabela 5 – Perfil de tráfego - Comunicações Fixas de voz

Perfil de comunicações	Média mensal (minutos)
Serviços Móveis	
Internacional	
Fixo-Fixo	
Local	
Nacional	
VoIP Nómada	

Serviços Especiais 1820	
Serviços Especiais 118	
Número Azul	
Número Único	

## CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO II

### “AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS”

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1109

#### Modelo da Proposta

.....(identificação do concorrente), com sede em ....., pessoa coletiva n.º ..... depois de ter tomado conhecimento do objeto do processo n.º 2019/300.10.005/1109, destinado à aquisição de comunicações fixas e móveis, propõe executar a referida prestação de serviços nas seguintes condições:

- Preço total do Serviço - ..... (em algarismos e por extenso e sem IVA)

Comunicações Móveis - Tabela 1

Descrição	Valor de referência	Proposta valor
<b>Comunicações Móveis de Voz e Dados</b>		
Comunicações Móveis Voz – Destino		Valor por minuto
rede MEO	0,015 €	
rede Vodafone	0,015 €	
Rede NOS	0,015 €	
rede Fixa	0,015 €	
Outros operadores de rede móvel	0,015 €	
Comunicações Móveis SMS – Destino		Valor por SMS
rede MEO	0,015 €	
rede Vodafone	0,015 €	
Rede NOS	0,015 €	
Outros operadores de rede móvel	0,015 €	
<b>Comunicações Móveis de Dados</b>		
Telemóvel		Mensalidade
até 500 MB	0,50 €	

Até 1 GB	1,00 €	
Até 5 GB	5,00 €	
Até 30 GB	24,50 €	
Placas 3G/4G e Tablets (Banda Larga Móvel)		Mensalidade
Até 30 GB (tráfego incluído)	9,00 €	
<b>Plafond para equipamentos móveis</b>	<b>8.000,00 €</b>	

Adicionalmente, solicita-se que sejam indicados os valores de referência para comunicações internacionais, tendo como referência a tabela seguinte (podendo acrescentar outros que considerem relevantes).

Comunicações Móveis - Tabela 2

Comunicações Móveis de Voz e Dados	
Comunicações móveis de voz	Valor por minuto
Internacionais – União Europeia	
Internacionais – Resto do Mundo	
Roaming Recebido – União Europeia	
Roaming Recebido – Resto do Mundo	
Roaming Realizado – União Europeia	
Roaming Realizado – Resto do Mundo	
Comunicações móveis de dados	Valor por minuto
Roaming Dados – União Europeia	
Roaming Dados – Resto do Mundo	
Comunicações Móveis SMS e MMS - Destino	Valor por SMS/MMS
SMS roaming recebido	
SMS roaming realizado	
MMS roaming recebido	
MMS roaming realizado	

Comunicações Fixas - Tabela 1

Descrição	Preço Base por unidade	Proposta por unidade
Comunicações fixas de voz - Destino		Valor por minuto
Rede Fixa Local	0,000 €	
Rede Fixa - MEO	0,015 €	
Rede Fixa - Vodafone	0,015 €	
Rede Fixa - NOS	0,015 €	
Outros operadores de rede móvel	0,015 €	
Internacionais – União Europeia	0,070 €	
Internacionais – Resto do Mundo	0,300 €	
N.º único	0,100 €	

Comunicações Fixas - Tabela 2

Descrição	Preço Base por unidade	Proposta por unidade
Mensalidades Fixas		Mensalidade por acesso/serviço
Acesso Primário com 30 canais com 170 DDI's	30,00 €	
Acessos Básico com 10 DDI's cada	20,00 €	
Linha de rede analógica (incluindo equipamento)	9,00 €	
Acesso à internet dedicado e simétrico, em fibra óptica, com o mínimo de 100 Mbps/100Mbps (incluindo todos os equipamentos)	60,00 €	